



Simulado Especial

PM MG

Oficial

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-MG**, cargo de **Oficial**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Xd5FwTgPMLMpoCbZA>

01 - (A)B(C)D	11 - (A)B(C)D	21 - (A)B(C)D	31 - (A)B(C)D	41 - (A)B(C)D
02 - (A)B(C)D	12 - (A)B(C)D	22 - (A)B(C)D	32 - (A)B(C)D	42 - (A)B(C)D
03 - (A)B(C)D	13 - (A)B(C)D	23 - (A)B(C)D	33 - (A)B(C)D	43 - (A)B(C)D
04 - (A)B(C)D	14 - (A)B(C)D	24 - (A)B(C)D	34 - (A)B(C)D	44 - (A)B(C)D
05 - (A)B(C)D	15 - (A)B(C)D	25 - (A)B(C)D	35 - (A)B(C)D	45 - (A)B(C)D
06 - (A)B(C)D	16 - (A)B(C)D	26 - (A)B(C)D	36 - (A)B(C)D	46 - (A)B(C)D
07 - (A)B(C)D	17 - (A)B(C)D	27 - (A)B(C)D	37 - (A)B(C)D	47 - (A)B(C)D
08 - (A)B(C)D	18 - (A)B(C)D	28 - (A)B(C)D	38 - (A)B(C)D	48 - (A)B(C)D
09 - (A)B(C)D	19 - (A)B(C)D	29 - (A)B(C)D	39 - (A)B(C)D	49 - (A)B(C)D
10 - (A)B(C)D	20 - (A)B(C)D	30 - (A)B(C)D	40 - (A)B(C)D	50 - (A)B(C)D

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mC5R>

LÍNGUA PORTUGUESA*Suellen Borges*

As questões 1, 2 e 3 referem-se ao texto abaixo:

"A finalidade e o objetivo fundamental deste livro são problematizar a pandemia da Covid-19 na dimensão psíquica, colocando ao mesmo tempo em destaque as suas dimensões biológicas, médicas, sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais, sem as quais esta obra seria não apenas inconsistente do ponto de vista teórico como também insustentável na narrativa dos acontecimentos cruciais que produzem inflexões ao longo da peste, pois desmancharia no ar em fragmentos fluidos e de concatenação conceitual impossível."

BIRMAN, Joel. O trauma na pandemia do Coronavírus: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas (p. 8). Civilização Brasileira. Edição do Kindle. (ADAPTADO)

1. No que diz respeito aos elementos coesivos do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A palavra "deste", no primeiro período do texto, aponta espacialmente para o livro como obra física disponibilizada ao leitor.
- b) A palavra "suas", em "suas dimensões", no primeiro período do texto, refere-se à "dimensão psíquica".
- c) O termo "as quais", em "sem as quais esta obra seria", é pronome relativo e encontra-se flexionado em número para concordar com as dimensões mencionadas.
- d) A palavra "que", em "que produzem inflexões ao longo da peste", atua como pronome relativo.

2. Os termos "não apenas" e "como também", destacados no texto, estabelecem relações de:

- a) negação
- b) dúvida
- c) inclusão
- d) adição

3. Com base no texto, considere as seguintes afirmativas:

- I. Trata-se da apresentação introdutória de uma obra cuja finalidade é falar sobretudo dos impactos psíquicos à humanidade em razão da crise sanitária global da Covid-19.
- II. Para o autor, escrever o livro só fora possível por ter levado em conta algumas das dimensões nas quais o fenômeno da Covid-19 se inscreveu, tais como dimensões biológicas, médicas, sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais.
- III. O autor critica a inconsistência de dados teóricos dos quais precisou lançar mão para fundamentar a narrativa dos fatos, conforme se pode notar na última parte do texto.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- b) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- d) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

A questão 4 refere-se ao fragmento a seguir, continuação do texto anterior:

"O conceito de catástrofe remete diretamente para as linhas de força e de fuga que delineiam a constituição real do mundo na promoção da pandemia em causa, na sua efetiva multidimensionalidade. E o conceito de trauma, em contrapartida, reenvia para as coordenadas constitutivas do sujeito, que se inscreve no espaço real do mundo que foi colocado literalmente pelo avesso, isto é, pela dor e pelo sofrimento, que, como dobras ruidosas, modulam efetivamente os interstícios da experiência traumática, que 1ncide de maneira singular sobre os indivíduos concretos."

BIRMAN, Joel. O trauma na pandemia do Coronavírus: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas (p. 10). Civilização Brasileira. Edição do Kindle.

4. De acordo com o texto,

- a) o autor apresenta conceitos similares para catástrofe e trauma, exemplificando cada um deles ao longo do parágrafo.
- b) o autor apresenta conceitos diferentes para catástrofe e trauma, sendo aquela concernente a aspectos externos de uma vivência social dramática e este relativo ao próprio sujeito – o elemento principal.
- c) o autor entende que a vida real sofreu uma reviravolta no contexto da pandemia, trazendo dor e sofrimento às pessoas e lhes causando traumas indissolúveis.
- d) catástrofe e trauma são duas faces da mesma moeda, sendo que um não existe sem o outro.

A questão 5 refere-se ao texto abaixo:

“Infelizmente, essa intempérie mundial que nos causa toda uma mudança de vida e de circulação social faz com que tenhamos que ter muita parcimônia e tranquilidade no dia a dia. A vacina não foi feita da melhor forma que poderia ser feita, tinha que se tomar uma atitude emergencial.”

HORTA, Pedro. *Liberdade de Opinião*. 06/01/2022 In <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/horta-vacinacao-de-criancas-nao-pode-se-tornar-querra-judicial-entre-pais/> (adaptado)

5. De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- a) o autor recomenda perseverança para lidar com as novas mudanças instaladas na humanidade graças à pandemia.
- b) para o autor, convém ter calma, mas também consciência quanto à importância da vacinação contra a Covid-19.
- c) porque foi desenvolvida em caráter emergencial, a vacina da Covid-19 não foi elaborada da melhor maneira possível.
- d) “essa intempérie” mencionada pelo autor faz referência à dificuldade em se criar uma vacina em caráter emergencial contra a Covid-19.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Read the text and answer questions 06 and 07.

Ozempic on Trial: A New Lawsuit Could Challenge More Than Popular Weight Loss Drugs

A federal court in Philadelphia is gearing up to evaluate a challenge to the makers of Ozempic, Wegovy and similar weight-loss drugs in a case that has huge implications for public trust in medicine and government regulations. It will also likely affect a multibillion dollar market for weight-loss drugs that more than 15 million Americans reported using last month.

Weight-loss drugs are among the most successful products sold in the U.S., with 40 times more prescriptions written in 2023 than in 2018, thanks to the emergence of a new class of drugs. The five drugs in question are Ozempic, Wegovy and Rybelsus, made by the Danish manufacturer Novo Nordisk, and Trulicity and Mounjaro, made by U.S. pharmaceutical giant Eli Lilly. All are GLP-1 agonists that help manage blood sugar levels. Originally approved for the treatment of Type 2 diabetes, they are now widely prescribed for weight loss as well.

Scientific studies have backed up their safety and efficacy, and doctors prescribe them for a variety of reasons, including to lower the risk of heart attack and other cardiovascular events. Celebrities and word of mouth helped make these drugs go viral, and many users say they’ve had a game-changing positive effect in improving their health.

Adapted from <https://www.usnews.com/opinion/articles/>

6. De acordo com o texto, qual é o foco principal do processo em julgamento?

- a) As estratégias de marketing dos medicamentos para emagrecer.
- b) A segurança e a eficácia do Ozempic e de medicamentos similares.
- c) O preço dos medicamentos para emagrecer.
- d) Os efeitos colaterais dos medicamentos para emagrecer.

7. Que implicações o processo tem além de questionar os próprios medicamentos para perda de peso?

- a) Abordará a legalidade da propaganda de medicamentos prescritos.
- b) Afetará a confiança pública na medicina e nas regulamentações governamentais.
- c) Examinará o impacto ambiental da fabricação de medicamentos.
- d) Investigará o papel das mídias sociais na promoção de medicamentos para perda de peso.

Read the text and answer questions 08 and 09.

‘Kinds of Kindness’ has a cultish take on toxic work culture

Many people who are not corporate bosses agree that managers and corporations sometimes treat their employees badly to make more money. In his new film, “Kinds of Kindness,” though, Yorgos Lanthimos goes further.

The movie suggests that workplace dynamics mirror those of a cult, and that bosses and their laborers are locked in a relationship of psychosexual dominance. To be an employee, Lanthimos suggests, is essentially to be in a cult.

An anthology of three short films, “Kinds of Kindness” makes its points elliptically, linked by the cast (Emma Stone, Jesse Plemons, Willem Dafoe, Margaret Qualley, Hong Chau, Joe Alwyn, Mamoudou Athie, Hunter Schafer) and recurrent themes of obsession and control. The third film is explicitly about a cult; members drink sacred water, avoid eating fish and can only have sex with the cult leaders. The second film is about an abusive marriage, in which the husband demands the wife perform ever more extreme acts of self-abnegation and mutilation.

The first film takes place on the job. Robert (Plemons) works at an undefined, vaguely corporate job for Raymond (Dafoe). His duties consist of doing everything Raymond says — wearing the clothes Raymond chooses, driving the car Raymond gives him, dating whoever Raymond picks out for him, having sex with Sarah (Chau), the wife Raymond chose for him, according to Raymond’s schedule, getting into potentially deadly car crashes if Raymond tells him to. Robert does balk at that last one,

at which point Raymond fires him, and Robert’s life — held together by Raymond’s largesse and Raymond’s commands — spirals out of control. The film is intentionally absurdist; bosses don’t really control every aspect of their employees’ lives. They don’t demand that employees endanger themselves. They don’t demand verbal declarations or displays of love. Right?

Adapted from <https://edition.cnn.com/>

8. De acordo com o texto, a principal sugestão do filme “Kinds of Kindness” de Yorgos Lanthimos é/são:

- a) Os ambientes de trabalho são lugares saudáveis e produtivos.
- b) Os chefes corporativos tratam seus funcionários com respeito.
- c) A dinâmica do local de trabalho espelha a de um culto.
- d) As empresas sempre recompensam seus empregados adequadamente.

9. É possível inferir do texto que os temas recorrentes abordados nos três curtas-metragens do filme “Kinds of Kindness” são:

- a) Liberdade e emancipação.
- b) Obsessão e controle.
- c) Felicidade e realização.
- d) Paz e harmonia.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

O enunciado a seguir, refere-se às questões **10, 11 e 12**.

Minerva, cujo nome faz referência à deusa da sabedoria grega, realizou um estudo, em sua comunidade, sobre hábitos de lazer de 200 moradores, e verificou que:

- 120 gostam de cinema;
- 100 gostam de teatro;
- 80 gostam de música;
- 50 gostam de cinema e teatro;
- 40 gostam de cinema e música;
- 30 gostam de teatro e música;
- 20 gostam dos três.

10. O número de moradores que não gostam de nenhuma dessas atividades é:

- a) 20
- b) 15
- c) 10
- d) 0

11. Três moradores são escolhidos aleatoriamente dentre os moradores que gostam SOMENTE de teatro e música. Calcule a quantidade de maneiras com que essa escolha pode ser feita.

- a) 100
- b) 120
- c) 150
- d) 180

12. Escolhendo-se aleatoriamente um morador, qual é a probabilidade de que ele goste de Cinema e Teatro OU Teatro e Música?

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%

13. Joana entrou na sala do 9º ano e viu na lousa algumas anotações da aula de Matemática, parcialmente apagadas, conforme a figura. Qual número foi apagado na linha de cima do quadro-negro?



- a) 15
- b) 16
- c) 18
- d) 22

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

14. A respeito da classificação das constituições, assinale a opção incorreta.

- a) Do ponto de vista material, a Constituição é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais.
- b) Quanto ao conteúdo as constituições podem ser classificadas como formais, quando se elege como critério o processo de formação da norma e não o seu conteúdo.
- c) A constituição dirigente estabelece diretrizes, programas que devem ser cumpridos pelo Estado, tendo como destinatário exclusivo o Poder Legislativo.
- d) Constituição-garantia é aquela que visa limitar o poder do Estado em face da sociedade, estabelecendo direitos e garantias individuais, são também chamadas de constituições clássicas.

15. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte Originário é Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.
- b) O Poder Constituinte Originário é Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- c) O Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
- d) O Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.

16. A respeito do controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) há normas constitucionais não expressamente incluídas no texto da CF que podem servir como paradigma para o exercício de controle de constitucionalidade.
- b) A inconstitucionalidade material ocorre quando é desrespeitado todo o processo para as formações das leis pré-fixadas na Constituição.
- c) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.
- d) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle repressivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.

17. Diante de fortes enchentes e da ameaça de deslizamentos de terra na cidade de Sol Nascente, o prefeito determinou a ocupação temporária de imóveis privados situados em áreas seguras, com a finalidade de instalar bases emergenciais da defesa civil para abrigar e proteger a população afetada.

Com base na Constituição Federal, tal medida é:

- a) inconstitucional, pois viola o direito à propriedade privada, que é inviolável;

b) constitucional, desde que assegurada indenização posterior, se houver prejuízo decorrente da ocupação;

c) inconstitucional, pois qualquer uso de propriedade privada exige indenização prévia, ainda que em caráter emergencial;

d) inconstitucional, uma vez que somente mediante desapropriação com prévia e justa indenização é possível o uso de imóvel privado;

18. Tício, filiado ao Partido Político Beta, foi eleito Deputado Federal. Logo após a proclamação dos eleitos, tomou conhecimento de que Beta não alcançará a denominada “cláusula de desempenho”, prevista na Constituição da República de 1988 e, por conta disso, pretende se desligar de Beta e se filiar a outro partido político que tenha atingido a cláusula de desempenho, mas preservando o mandato obtido. O objetivo apresentado por Tício:

a) não é amparado pela ordem constitucional, pois, nas eleições proporcionais, o mandato é outorgado ao partido político, não ao candidato eleito, o que impede a filiação a novo partido político sem a perda do mandato.

b) não é amparado pela ordem constitucional, salvo se o não atingimento da “cláusula de desempenho” configurar justa causa, prevista em lei, o que permitirá o desligamento independente da aquiescência de Beta.

c) é amparado pela ordem constitucional, mas a nova filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

d) não é amparado pela ordem constitucional, pois o não atingimento da “cláusula de desempenho” somente produz efeitos em relação ao funcionamento parlamentar na Casa legislativa, não tendo relação com o mandato de Tício.

19. O Presidente da República, diante de situações consideradas urgentes e relevantes, editou três medidas provisórias distintas:

- I. A primeira institui novas regras para a nacionalidade brasileira, prevendo hipóteses de perda automática da nacionalidade em caso de condenação criminal por tribunal estrangeiro.
- II. A segunda dispõe sobre a abertura de créditos extraordinários para enfrentamento de desastre ambiental, com vigência imediata.
- III. A terceira altera normas sobre direito processual penal, estabelecendo novos prazos para recursos em processos criminais.

Após a publicação, as medidas provisórias foram encaminhadas ao Congresso Nacional, que, por meio de comissão mista de deputados e senadores, emitiu parecer sobre cada uma. A Câmara dos Deputados iniciou a votação, mas, passados 45 dias, apenas a segunda medida provisória foi apreciada. As demais permaneceram sem deliberação, e o prazo de 60 dias da publicação se esgotou sem votação final.

Considerando a sistemática constitucional sobre medidas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as medidas provisórias perderão eficácia automaticamente após 60 dias, salvo a segunda, que poderá ser convertida em lei, pois se trata de matéria permitida e foi apreciada no prazo.
- b) A primeira e a terceira medidas provisórias são válidas, pois a urgência e relevância justificam a adoção de qualquer matéria por medida provisória em situações excepcionais.
- c) Apenas a segunda medida provisória poderia ser editada e convertida em lei, pois trata de matéria permitida (créditos extraordinários), enquanto as demais versam sobre matérias vedadas à medida provisória.
- d) As três medidas provisórias poderão ser reeditadas na mesma sessão legislativa, caso sejam rejeitadas ou percam eficácia por decurso de prazo, desde que haja nova justificativa de urgência.

20. Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF), acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

- a) A execução das atividades inerentes à defesa civil, assim como das de preservação da ordem pública, cabe, precipuamente, às polícias militares.
- b) A repressão do crime de tráfico de entorpecentes que tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme é atribuição das polícias estaduais.
- c) A segurança pública tem como finalidades precípuas preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- d) O exercício do direito de greve por policiais civis somente é aceito pela CF quando comprovadamente não houver prejuízo para a segurança pública.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

21. Conforme dispõe o Código Penal Brasileiro, quando uma lei posterior deixa de tipificar determinada conduta como crime, a punição não pode mais ser aplicada. Nesse caso, deve-se interromper a execução da pena e:

- a) todos os efeitos decorrentes da sentença condenatória.
- b) apenas os efeitos de natureza penal da sentença condenatória.
- c) os efeitos tanto penais quanto civis da sentença condenatória.
- d) os efeitos de ordem penal e administrativa da sentença condenatória.

22. Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O crime é considerado praticado tanto no local da ação ou omissão, quanto no local em que ocorreu ou deveria ocorrer o resultado.
- b) A norma posterior, desde que mais benéfica ao réu, incide sobre fatos anteriores até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) O delito é tido como praticado apenas no instante em que o resultado se consuma.
- d) A lei penal brasileira aplica-se a delitos cometidos em aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade pública, quando em pouso no território nacional ou em voo sobre espaço aéreo brasileiro, bem como quando ancoradas em porto ou navegando em mar territorial do Brasil.

23. A respeito do chamado “crime impossível”, assinale a alternativa correta:

- a) Configura uma situação de exclusão da tipicidade.
- b) Para a teoria subjetiva, deve ser sancionado em razão da periculosidade revelada pelo agente.
- c) De acordo com a teoria sintomática, deve receber a mesma punição do crime consumado, uma vez que o dolo está presente.
- d) Segundo a teoria objetiva, não há tentativa em nenhuma hipótese, mesmo quando o meio utilizado seja apenas relativamente ineficaz.

24. No âmbito da teoria geral do crime, assinale a alternativa correta, conforme previsto na legislação penal vigente:

- a) O arrependimento posterior não é aplicável aos delitos praticados com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
- b) No crime impossível, a tentativa não é punida quando a consumação se mostra inviável em razão da relativa ineficácia do meio empregado ou da absoluta impropriedade do objeto.

c) Considera-se doloso o crime quando o agente deseja o resultado; já o chamado crime culposos impróprio ocorre quando o agente assume o risco de produzi-lo.

d) No crime preterdoloso, o agente responde pela consequência que acarreta aumento especial de pena, ainda que não tenha atuado, ao menos, com culpa em relação a esse resultado.

25. Considerando o instituto da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) O agente que, em razão de embriaguez culposa e completa, não tiver capacidade de compreender a ilicitude do fato, fica isento de pena.
- b) Nem a emoção nem a paixão afastam a imputabilidade penal.
- c) A embriaguez preordenada, ainda que seja total, afasta a culpabilidade do autor do fato.
- d) A inimputabilidade decorrente de doença mental deve ser verificada no instante da prática da conduta, e na aplicação da pena.

26. No do Direito Penal, os princípios da legalidade e da anterioridade são essenciais para a garantia dos direitos individuais. Considerando esses princípios, assinale a alternativa correta:

- a) É admitida a criação de crimes e penas por medida provisória, desde que presentes os requisitos de urgência e relevância, em respeito ao princípio da legalidade.
- b) O princípio da anterioridade autoriza a retroatividade de lei penal mais gravosa, aplicando-se a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor.
- c) Pelo princípio da legalidade, não há crime nem sanção penal sem lei anterior que os preveja, sendo possível, contudo, utilizar a analogia para instituir novos tipos penais.
- d) O princípio da anterioridade exige que a conduta seja prevista como criminosa antes de sua prática, vedando a aplicação retroativa de leis penais mais severas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

27. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) Eventuais irregularidades ocorridas no inquérito policial não contaminam a ação penal
- b) Tomando conhecimento da ocorrência de crime de ação penal pública condicionada à representação, a autoridade policial deverá instaurar inquérito policial de ofício, pois a representação é condição de procedibilidade apenas para a denúncia
- c) A autoridade policial não poderá, no curso do inquérito, indeferir os pedidos de diligências formulados pela vítima ou pelo indiciado, dada a indisponibilidade do inquérito policial
- d) No caso de crime de tráfico de pessoas, mediante autorização judicial prévia, o delegado de polícia poderá requisitar de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos

28. Carlos foi indiciado pela prática do crime de prevaricação (pena de detenção de três meses a um ano, além de multa), considerado infração de menor potencial ofensivo. Consta nos autos que, embora seja tecnicamente primário, Carlos já havia sido beneficiado, há seis anos, com a suspensão condicional do processo. Diante dessa situação, sobre a possibilidade de acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração do acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a administração pública
- b) Não será possível a celebração do acordo de não persecução penal, pois Carlos já foi beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo
- c) Não será possível a celebração do acordo de não persecução penal, uma vez que é cabível a transação penal
- d) Será possível a celebração do acordo de não persecução penal, cabendo ao juiz a sua homologação

29. Marcelo cometeu dois crimes distintos, porém interligados. Em 10.07.2025, ele subtraiu, mediante grave ameaça, um automóvel na cidade de Uberlândia-MG, com o objetivo de utilizá-lo para furtar uma joalheria situada em Juiz de Fora-MG, de forma que tal conduta configura, em tese, o crime de roubo (pena: reclusão de 4 a 10 anos e multa). No dia 15.07.2025, utilizando o veículo anteriormente roubado, Marcelo arrombou a porta da joalheria e subtraiu diversas joias, o que caracteriza, em tese, o crime de furto qualificado pelo arrombamento (pena: reclusão de 2 a 8 anos e multa).

Diante dessa situação, é correto afirmar que entre as infrações penais há:

- a) continência, sendo competente o foro da comarca de Juiz de Fora-MG, local da última infração penal
- b) continência, sendo competente o foro da comarca de Uberlândia-MG, onde ocorreu a infração penal mais grave
- c) conexão, sendo competente o foro da comarca de Juiz de Fora-MG, local da última infração penal
- d) conexão, sendo competente o foro da comarca de Uberlândia-MG, onde ocorreu a infração penal mais grave

30. Rafael, indivíduo primário e com bons antecedentes, estava sendo investigado em um inquérito policial pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 1 a 5 anos, e multa). Durante o andamento das investigações, a autoridade policial representou pela decretação da prisão preventiva de Rafael, alegando sua necessidade para a conveniência da instrução criminal, diante de indícios de que o investigado estaria destruindo provas relevantes. O juiz, acolhendo a representação, decretou a prisão preventiva do indiciado.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) O juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de Rafael, pois a pena prevista para o crime em questão não autoriza a imposição da segregação cautelar
- b) O juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de Rafael, já que o fundamento apresentado não justifica a medida
- c) O juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de Rafael, por se tratar de investigado primário e com bons antecedentes
- d) O juiz deverá revisar a necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício. Porém, eventual desrespeito ao prazo de 90 dias para reavaliação da prisão não gera reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, tampouco a consequente liberação do custodiado, nos termos do entendimento do STJ.

31. Acerca do tema de provas, assinale a alternativa correta, considerando as disposições legais e jurisprudenciais:

- a) Haverá prioridade na realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime doloso contra a vida ou crime hediondo
- b) É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização
- c) Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado por um perito não oficial, preferencialmente portador de diploma de curso superior
- d) Na cadeia de custódia, o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, é denominado “armazenamento”.

32. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de habeas corpus, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção
- b) O Ministério Público poderá impetrar habeas corpus
- c) Cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada
- d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

33. O Governador determinou que circulassem pelo estado carros de som adesivados com seu nome, sua foto e símbolo usado em sua última campanha eleitoral, informando à população que ele tinha acabado de construir e inaugurar mais cinco postos de saúde, razão pela qual ele seria o melhor político da região.

No caso apresentado, o Governador violou o princípio expresso da administração pública da:

- a) eficiência, pois os esforços do gestor devem se limitar às atividades fins em matéria de serviço público;
- b) economicidade, pois a circulação de carros oficiais pelo estado causa dano ao erário;
- c) impessoalidade, pois na publicidade oficial não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades;
- d) publicidade, pois atos oficiais devem ser objeto de publicação no Diário Oficial, e não por meio de campanhas informativas por carros de som.

34. A respeito da Convalidação dos Atos Administrativos, pode-se afirmar que:

- a) Atos Vinculados não podem ser objeto de convalidação;
- b) A possibilidade de Convalidação de Atos Administrativos não é absoluta, sendo considerados como vícios sanáveis apenas aqueles relacionados ao motivo e ao objeto;
- c) Um Ato Convalidado produz efeitos retroativos, dessa forma, os eventos anteriores à sua efetivação não conservam os efeitos gerados no período;
- d) A Convalidação consiste na prerrogativa da Administração de corrigir e regularizar os vícios insanáveis dos Atos Administrativos.

35. A modalidade de licitações denominada Leilão possui previsão na nova Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021). Em relação a essa modalidade, a nova lei prevê que:

- a) A licitação na modalidade Leilão deve ser precedida de divulgação do edital no diário oficial e jornal de grande circulação, facultada a divulgação em sítio eletrônico.
- b) A realização da licitação na modalidade Leilão somente poderá se dar por intermédio de leiloeiro oficial.
- c) O edital do leilão deve conter a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros.
- d) Todo leilão exigirá registro cadastral prévio, terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances.

36. A sociedade de economia mista federal GAI, prestadora de determinado serviço público, por ato ilícito de seu empregado Rock, durante a prestação do serviço, causou dano ao particular Moacir, presente o nexo de causalidade entre a conduta do empregado e o resultado danoso.

No caso analisado, eventual ação indenizatória será regida pelo regime jurídico da responsabilidade civil:

- a) subjetiva, pois a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.
- b) objetiva, e é desnecessária a comprovação de ter Jorge agido com dolo ou culpa.
- c) subjetiva, e Jorge pode figurar no polo passivo da demanda em litisconsórcio com a sociedade de economia mista federal Alfa.
- d) objetiva, e não há que se falar em ação regressiva, pois Jorge não é servidor estatutário e sim empregado público, regido pela lei trabalhista.

37. 1º cenário: Miguel, comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, edita determinado ato administrativo no âmbito do seu feixe de atribuições, encaminhando-o, na sequência, ao seu superior, que acaba por revogá-lo, por motivos de conveniência e oportunidade.

2º cenário: Arraes, governador do estado Alfa, edita ato administrativo geral, para garantir a fiel execução de uma legislação estadual que acabou de entrar em vigor.

Considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que:

- a) no 1º cenário, está-se diante de manifestação do poder hierárquico. Por sua vez, o 2º cenário caracteriza exposição do poder regulamentar;
- b) no 1º cenário, está-se diante de manifestação do poder vinculado. Por sua vez, o 2º cenário caracteriza exposição do poder regulamentar;
- c) no 1º cenário, está-se diante de manifestação do poder de polícia. Por sua vez, o 2º cenário caracteriza exposição do poder disciplinar;
- d) no 1º cenário, está-se diante de manifestação do poder normativo. Por sua vez, o 2º cenário caracteriza exposição do poder de polícia.

38. As agências reguladoras são criadas pela Administração Pública destinadas a fiscalizar a execução de setores estratégicos e serviços públicos transferidos para a iniciativa privada.

Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar que:

- a) seus dirigentes possuem estabilidade no cargo, pois não dependem de aprovação legislativa prévia para a sua investidura.
- b) seus funcionários devem, em regra, seguir o regime de trabalho celetista, ainda que sejam contratados por meio de concurso público.
- c) ainda que exista vinculação ao ministério instituidor, gozam de autonomia administrativa ou financeira.
- d) devem ser previamente qualificadas pelo chefe do Poder Executivo, por meio de contrato de gestão,

podendo, a qualquer tempo, perder a qualificação por irregularidades.

39. A Administração Pública Estadual, considerando os avanços tecnológicos e a digitalização dos serviços públicos prestados pelo Estado, busca celebrar contrato administrativo, cujo objeto seja a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.

Nessa situação, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o contrato a ser celebrado poderá ter vigência máxima de:

- a) quinze anos.
- b) vinte anos.
- c) cinco anos.
- d) dois anos.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

40. Com relação aos fatos jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) Nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à vontade nelas consubstanciada.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua execução.
- c) A interpretação dos negócios jurídicos deve-lhe atribuir o sentido que corresponder à intenção das partes, independentemente do seu comportamento posterior.
- d) As partes podem livremente pactuar regras de interpretação dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

41. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- b) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo se questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- c) São subsidiariamente responsáveis com os autores os co-autores.
- d) A obrigação de prestar a reparação civil não se transmite com a herança.

42. Com relação aos direitos de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- a) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho devem ser restituídos ao dono da árvore.
- b) O dono do prédio que não tiver acesso à via pública, poderá, independentemente de indenização, constranger o vizinho a lhe dar passagem.
- c) O proprietário tem direito de murar o seu prédio, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as despesas.
- d) É defeso abrir janela a menos de dois metros do terreno vizinho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. Considerando o que dispõe a Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil sobre as normas fundamentais do processo civil, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I – O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos.

II – As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

III – Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III.

44. Em relação ao que dispõe a Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O representante judicial da parte pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.
- b) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- c) Quando expressões ou condutas ofensivas forem manifestadas oral ou presencialmente, o juiz deverá decretar a prisão do defensor.
- d) Considerando o direito à liberdade de expressão, admite-se o emprego de expressões ofensivas pelos procuradores das partes.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

45. Caso um agente do público pratique um crime de tortura, conforme a Lei nº 9.455/1997, e venha ser condenado, terá como efeito da condenação:

- a) A perda do cargo e ficará interditado pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- b) A perda do cargo e ficará interditado pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) A suspensão do cargo pelo período de três anos.
- d) A suspensão do cargo pelo período de dois anos.

46. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que é possível a substituição da pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direitos. De acordo com a lei mencionada, são penas restritivas de direitos:

- a) Detenção.
- b) Reclusão.
- c) A prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública com perda de vencimentos e vantagens por um período de um mês a seis meses.
- d) Prisão simples.

47. Marque a alternativa correta que traga um crime hediondo de acordo com a Lei nº 8.072/1990.

- a) Associação ao crime de genocídio.
- b) Lesão corporal grave.
- c) Roubo com emprego de arma branca.
- d) tráfico de pessoas contra qualquer vítima.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

48. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, é correto afirmar que:

- a) Os direitos previstos podem ser suspensos em períodos de guerra, desde que por decisão da Assembleia Geral da ONU.
- b) Os direitos e liberdades da Declaração aplicam-se apenas aos cidadãos dos Estados-membros das Nações Unidas.
- c) Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- d) A DUDH reconhece apenas direitos civis e políticos, não abrangendo direitos econômicos, sociais e culturais.

49. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que:

- a) Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos.
- b) Apenas os trabalhadores nacionais têm direito a salário justo e remuneração equitativa.
- c) O direito ao repouso e ao lazer é restrito às pessoas em regime de tempo integral.
- d) O direito à propriedade só pode ser exercido em regime coletivo, sendo vedada a propriedade individual.

50. Segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), em relação ao direito à vida, é correto afirmar que:

- a) O direito à vida é garantido desde a concepção, não podendo ser restringido em nenhuma hipótese.
- b) O direito à vida é protegido e, em geral, desde o momento da concepção, não devendo ninguém ser arbitrariamente privado da vida.
- c) O direito à vida só é assegurado após o nascimento com vida, sendo vedado ao Estado intervir antes desse momento.
- d) O direito à vida pode ser suspenso somente em situações de guerra ou estado de emergência.

Discursiva

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios crescentes relacionados à segurança pública, especialmente diante do aumento da criminalidade organizada e da necessidade de modernização das atividades policiais. O avanço tecnológico trouxe novas ferramentas de investigação, como sistemas de reconhecimento facial e monitoramento de comunicações digitais, mas também gerou questionamentos sobre o respeito aos direitos fundamentais. Nesse contexto, a atividade policial se encontra diante do dilema de garantir a ordem pública e, ao mesmo tempo, preservar os princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e a proteção da privacidade.

Com base nas ideias apresentadas no texto motivador e em seus conhecimentos, elabore um texto dissertativo-argumentativo abordando o tema:

Os desafios da atividade policial na era digital: segurança pública e direitos fundamentais

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>